



Prestação de Contas 2022

Lar Mansão de São José – NIF
501261923



Abril 2023



LAR MANSÃO DE SÃO JOSÉ

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2022 Ano Completo	2021 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	8	954 471,47	914 970,08
Subsídios, doações e legados à exploração	11,9,9,2	615 962,32	569 326,52
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.10	(190 469,63)	(192 461,97)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(364 380,80)	(406 142,30)
Gastos com o pessoal	10	(914 984,19)	(856 706,74)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos e ganhos	11.12	12 139,55	21 344,56
Outros gastos e perdas	11.13	(3 127,92)	(2 593,32)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e imp.		109 610,80	47 736,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(91 533,62)	(82 838,41)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 077,18	(35 101,58)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	482,56	3 354,36
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		18 559,74	(31 747,22)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	8	18 559,74	(31 747,22)

Documento aprovado pela Direção da Organização

António Nuno Pereira

Maria Luísa de Jesus A.B. 12

Fernando Augusto Lourenço

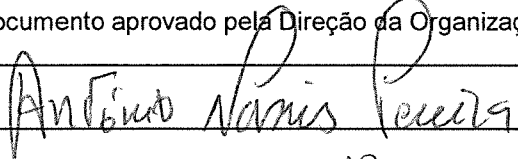
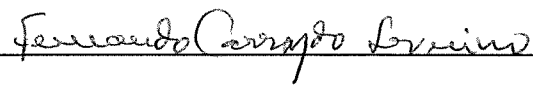
LAR MANSÃO DE SÃO JOSÉ

Balanço em 31 de dezembro de 2022

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	3 207 695,46	2 720 445,44
Bens do património histórico e cultural			
Propriedade de investimento			
Ativos intangíveis	6	3 451,09	3 451,09
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/doadores/associados			
Investimentos em Curso		0,00	235 058,08
		3 211 146,55	2 958 954,61
Ativo corrente:			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes	11.6	0,00	32 273,36
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11.7	5 159,81	13 048,86
Fundadores/beneméritos/doadores/associados			
Outras contas a receber	11.8	0,00	2 440,00
Diferimentos	11.14	12 437,18	10 791,72
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11.3	2 098 004,27	2 247 352,76
		2 115 601,26	2 305 906,70
Total do Activo		5 326 747,81	5 264 861,31

Documento aprovado pela Direção da Organização


 António Naveis Pereira
 Maria Mercedes ABM

 Fernando Carrilho Loureiro

LAR MANSÃO DE SÃO JOSÉ

Balanço em 31 de dezembro de 2022

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2022	2021
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos Patrimoniais:	11.4	53 447,22	53 447,22
Excedentes técnicos			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados	11.4	4 675 470,03	4 707 217,25
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações de fundos patrimoniais	11.4	347 287,36	379 560,72
		5 076 204,61	5 140 225,19
Resultado líquido do período	14	18 559,74	(31 747,22)
Total do fundo de capital		5 094 764,35	5 108 477,97
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.5	35 977,44	24 967,83
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entres publicos	11.7	30 586,89	25 073,02
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.8	43 877,09	
Outras contas a pagar	11.14	118 414,19	105 053,00
Pessoal	11.8	3 127,85	1 289,49
Passivos não correntes detidos para venda			
		231 983,46	156 383,34
Total do passivo		231 983,46	156 383,34
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		5 326 747,81	5 264 861,31

Lar Mansão São José

*Anexo ao balanço e
demonstração de resultados*

Portaria 105/2011

Nuno Farinha
31-03-2022

Índice

1	– Identificação da entidade.....	3
	1.1 – Designação da entidade.....	3
	1.2 – Sede.....	3
	1.3 – Natureza da atividade	3
2	– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
	2.1 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.....	4
	2.2 – Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL – Divulgação transitória	4
3	– Principais políticas contabilísticas	4
	3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	4
	3.2 – Outras políticas contabilísticas.....	4
	3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro.....	5
	3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas	5
4	– Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	5
5	– Ativos fixos tangíveis.....	5
	5.1 – Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.....	5
6	– Ativos intangíveis.....	6
7	– Inventários	7
8	– Rédito	8
9	– Subsídios do governo e Apoios do governo	8
	9.1 – Política Contabilística	8
	9.2 – Natureza e Extensão dos Subsídios	8
10	– Benefícios dos Empregados	9
11	– Outras Informações.....	9
	11.1 – Aumentos/Redução de Justo valor	9
	11.2 – Outros Ativos Financeiros.....	9
	11.3 – Caixa e Depósitos Bancários.....	10
	11.4 – Fundos Patrimoniais.....	10
	11.5 – Fornecedores	10
	11.6 – Clientes.....	10
	11.7 – Estado e Outros Entes Públicos.....	11
	11.8 – Outras Contas a pagar e receber	11
	11.9 – Subsídios, doações e legados à Exploração.....	12

11.10 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12
11.11 – Fornecimentos e Serviços Externos	13
11.12 – Outros Rendimentos e Ganhos.....	13
11.13 – Outros Gastos e Perdas.....	14
11.14 – Diferimentos.....	14
11.15 – Investimentos em Curso	14
12 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
13– Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Lar Mansão de São José

1.2 – Sede:

Rua de São Gregório, 15 na cidade de Beja

1.3 – Natureza da atividade:

A Mansão de São José é uma instituição privada de solidariedade social fundada a 4 de Junho de 1934, por disposição testamentária da D. Camila Infante Maldonado Passanha Champalimaud, para assistência á terceira idade. A Mansão de São José tem a sede na rua de São Gregório, nº 15, na Cidade de Beja

A Mansão de São José é, também uma instituição Particular de solidariedade social, nos termos do Decreto-Lei nº. 119/83, de 25 de fevereiro, estando registada no competente Livro das Fundações de Solidariedade social, sendo por isso, uma pessoa coletiva de utilidade pública.

Tendo em vista a prossecução dos seus fins, o Lar Mansão de São José:

- a) Organizará e manterá, consoante as necessidades e possibilidades, serviços e atividades de acolhimento, assistência, promoção e cultura, designadamente um lar, para pessoas idosas do sexo feminino;
- b) Promoverá ações de sensibilização e entreatajuda;
- c) Procurará a colaboração de voluntários.

Para concretizar os seus objetivos o Lar Mansão de São José, planeia e realiza um conjunto de atividades pré definidas em plano de atividades, tais como:

- Realização de passeios com os idosos;
- Convívio entre os idosos;
- Trabalhos Manuais;
- Comemoração de datas festivas;
- Jogos Tradicionais;
- Visualização de filmes temáticos

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, tendo sido adotada a norma contabilística e de Relato financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

2.1 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Tendo em consideração a entrada em vigor do Regime da normalização contabilística para as entidades do Sector Não lucrativo (RNC-ESNL) e conseqüente revogação do plano de contas das instituições particulares de solidariedade social (PCIPSS), foram efetuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

2.2 – Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL – Divulgação transitória:

A entidade apresentou pela primeira vez em 2012 as suas demonstrações financeiras de acordo com o Regime da normalização contabilísticas para as entidades do Sector Não Lucrativo, tendo a transição do PCIPSS para o RNC-ESNL, sido procedida de acordo com o disposto no &5 da NCRF-ESNL. Decorrente do processo de transição, ocorreram situações de reconhecimento, desreconhecimento e remensuração que afetaram a posição financeira e o desempenho financeiro.

3 – Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros registados na rubrica “ Instrumentos Financeiros”.

3.2 – Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, a entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística

As políticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

5 – Ativos fixos tangíveis

5.1 – Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como gasto á medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

a) Os métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistémica segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos.

b) As vidas uteis ou taxas de depreciação usadas;

Os ativos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Descrição	Taxa
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros ativos fixos tangíveis	12,50%

c) As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abates	Transferência	31-12-2022
Terrenos Recursos Naturais	74 819,68 €				74 819,68 €
Edifícios	3 715 478,10 €	9 166,84 €		567 080,89 €	4 291 725,83 €
Equipamento Básico	594 589,51 €	2 254,24 €			596 843,75 €
Equipamento de Transporte	66 940,53 €				66 940,53 €
Equipamento Administrativo	26 663,97 €	281,67 €			26 945,64 €
Equipamento Biológico	- €				- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14 268,42 €		- €		14 268,42 €
Ativo Tangível Bruto	4 492 760,21 €	11 702,75 €	- €	567 080,89 €	5 071 543,85 €
Depreciações Acumuladas					
Terrenos Recursos Naturais					
Edifícios	1 262 489,61 €	77 328,30 €			1 339 817,91 €
Equipamento Básico	422 491,30 €	9 209,78 €	6 907,34 €		431 701,08 €
Equipamento de Transporte	48 851,48 €	4 522,26 €			53 373,74 €
Equipamento Administrativo	23 824,85 €	473,28 €			24 298,13 €
Equipamento Biológico					- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14 657,53 €				14 657,53 €
Depreciações Acumuladas	1 772 314,77 €	91 533,62 €	6 907,34 €	- €	1 863 848,39 €
Ativo Tangível Líquido	2 720 445,44 €		- 6 907,34 €	567 080,89 €	3 207 695,46 €

Existiu uma Transferência que diz respeito à incorporação do imobilizado em curso (obra da Quinta da Navarra).

6 – Ativos intangíveis

6.1 –A entidade divulga o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente outros ativos intangíveis:

a) Se a vida útil são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou taxas de amortização usadas;

As vidas úteis são definidas, sendo que se trata de projetos de arquitetura, e especialidades, sendo o mesmo futuramente a serem integrados na obra de construção e a sua taxa de amortização de 2 % /ano.

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas:

Quotas constantes.

c) As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abates	Transferência	31-12-2022
Programas de Computador	458,30 €				458,30 €
Projetos de Desenvolvimento	2 992,79 €				2 992,79 €
Ativo Intangível Bruto	3 451,09 €				3 451,09 €
Depreciações Acumuladas					- €
Programas de Computador					- €
Depreciações Acumuladas					- €
Ativo Intangível Líquido	3 451,09 €				3 451,09 €

7 - Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

8– Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo. O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços nomeadamente as mensalidades de lar e juros obtidos.

Descrição	2022	2021
Vendas	1 345,86 €	- €
Prestação de Serviços	953 125,61 €	914 970,08 €
Mensalidade Lar	953 125,61 €	914 970,08 €
Juros e rendimentos aplicações financeir	482,56 €	3 354,36 €
Total	954 471,47 €	918 324,44 €

9 – Subsídios do governo e Apoios do governo

9.1 – Política Contabilística

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemáticas, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A entidade considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam duvidas de que os subsídios serão recebidos.

9.2 – Natureza e Extensão dos Subsídios

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
ISS,IP	608 222,03 €	551 451,36 €
Estr. Residencial P.Idosas Sede	464 213,13 €	419 090,19 €
Estr. Residencial P.Idosas Navarra	143 914,90 €	132 361,17 €
Adaptar	- €	- €
Medida de Apoio Excecional COVID-1	94,00 €	- €
Outras Entidades Públicas	1 120,00 €	14 484,61 €
IEFP		11 493,16 €
Camara Municipal de Beja		2 991,45 €
Outras Entidades Públicas	1 120,00 €	
Total	609 342,03 €	565 935,97 €

Em 2022 foi atualizada em 3,6 % (2ª Adenda 2022) e houve

Comparticipação extraordinária 2022 em dezembro (cláusula I da 3.ª Adenda) de 3,5% ERPI

10 – Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente “7” e “8”.

Os órgãos sociais do Lar Mansão de São José não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS, com exceção do Presidente que sob a Categoria de diretor de Serviços obteve rendimento ilíquido de 17.794 € em 2022 e 17.432 € em 2021.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de “63” e em 2021 foi de “63”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	738 992,12 €	693 389,49 €
Encargos sobre as Remunerações	163 330,73 €	149 516,55 €
Seguro Acidentes de Trabalho	9 914,99 €	11 506,60 €
Outros Gastos com o Pessoal	2 746,35 €	2 294,10 €
Total	914 984,19 €	856 706,74 €

11 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 – Aumentos/Redução de Justo valor

A rubrica de “*Aumentos/Redução de Justo valor*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Não aplicável

11.2 – Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, investimentos nas seguintes entidades:

Não aplicável

11.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	198,72 €	2 360,81 €
Depósitos à Ordem	663 604,87 €	593 204,20 €
Depósitos a Prazo	1 434 200,68 €	1 651 787,75 €
TOTAL	2 098 004,27 €	2 247 352,76 €

11.4 – Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	53 447,22 €	- €	- €	53 447,22 €
Resultados Transitados	4 707 217,25 €		31 747,22 €	4 675 470,03 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	379 560,72 €		32 273,36 €	347 287,36 €
TOTAL	5 140 225,19 €	- €	64 020,58 €	5 076 204,61 €

11.5 – Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	35 977,44 €	24 967,83 €
TOTAL	35 977,44 €	24 967,83 €

11.6 – Clientes

O saldo da rubrica de “Clientes” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes	- €	32 273,36 €
TOTAL	- €	32 273,36 €

11.7 – Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	342,75	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 817,06	13 048,86
Outros Impostos e Taxas		
Total	5 159,81	13 048,86
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	7 635,04	5 791,21
Segurança Social	22 951,85	19 281,81
Total	30 586,89	25 073,02

Os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2023, o saldo referente ao IVA a recuperar corresponde ao valor solicitado à Fazenda Publica ao abrigo do Dec. Lei 20/90 (4.817,06€), e o saldo referente ao IVA a recuperar (342.75€) corresponde à venda de energia.

11.8 – Outras Contas a pagar e receber

A rubrica de “*Outras Contas a pagar e a receber*” encontra-se dividida da seguinte forma, sendo que a rubrica Remunerações a liquidar ao pessoal contempla o valor estimado referente a férias, subsídio de férias e taxa social única a pagar em 2023, referente a 2022.

Descrição	2022	2021
Pessoal	118 413,59 €	105 053,00 €
Subsidio de Férias	96 822,24 €	85 897,79 €
TSU Subsidio de Férias	21 591,35 €	19 155,21 €
Outros Credores	0,60 €	- €
Total Outras contas a pagar	118 414,19 €	105 053,00 €
Outros devedores	- €	2 440,00 €
Total Outros Devedores	- €	2 440,00 €
Pessoal	3 127,85 €	1 289,49 €
Pessoal	1 377,96 €	- €
Entidades Externas	1 742,37 €	1 289,49 €
Entregas Sindicato	7,52 €	- €

11.9 – Subsídios, doações e legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros Ente	609 342,03 €	565 935,97 €
Instituto da Segurança Social	608 222,03 €	551 451,36 €
Acordos de Cooperação	608 128,03 €	551 451,36 €
Medida de Apoio Excecional COVI	94,00 €	
Outras Entidades Públicas	1 120,00 €	14 484,61 €
Doações e heranças - Donativos	6 620,29 €	3 390,55 €
Para Autoconsumo	- €	- €
Total	615 962,32 €	569 326,52 €

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.2.

11.10 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A repartição dos “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Géneros Alimentares	156 644,38 €	161 109,23 €
Aquisição de Géneros	156 644,38 €	161 109,23 €
Materiais de Consumo	33 825,25 €	31 352,74 €
Medicamentos e artigos de saúde	33 825,25 €	31 352,74 €
Total	190 469,63 €	192 461,97 €

11.11 – Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Subcontratos	2022	2021
Serviços Especializados	132 479,32 €	171 188,59 €
Trabalhos especializados	19 672,12 €	73 424,79 €
Honorários	76 537,44 €	73 757,24 €
Serviços Bancários	927,71 €	978,40 €
Conservação e reparaçao	32 082,52 €	22 932,59 €
Outros	3 259,53 €	95,57 €
Materiais	3 075,42 €	3 789,09 €
Fe. Utensilios de desgaste rapido	1 133,53 €	1 376,57 €
Material de escritório	1 298,55 €	1 451,12 €
Outros	643,34 €	961,40 €
Energia e Fluidos	123 050,70 €	117 940,75 €
Electricidade	54 131,37 €	66 904,40 €
Combustiveis	4 938,08 €	2 634,96 €
Agua	13 167,26 €	13 852,42 €
Gas	50 813,99 €	34 548,97 €
Deslocações, estadas e transportes	719,70 €	35,85 €
Deslocações Utentes	719,70 €	35,85 €
Serviços diversos	105 055,66 €	113 188,02 €
Rendas e Aluguer de equipamento	3 655,13 €	2 600,78 €
Comunicação	3 146,39 €	3 317,25 €
Contencioso e Notariado	- €	60,00 €
Limpeza, higiene e conforto	85 943,58 €	97 619,75 €
Outros serviços	12 310,56 €	9 590,24 €
Total	364 380,80 €	406 142,30 €

11.12 – Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	201
Outros Rendimentos e Ganhos	12 139,55 €	21 344,56 €
Outros	12 139,55 €	21 344,56 €

11.13 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	2 420,54 €	2 593,32 €
Outros não especificados	707,38 €	
TOTAL	3 127,92 €	2 593,32 €

11.14 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer	12 437,18 €	10 791,72 €
Seguros	12 437,18 €	10 791,72 €
Rendimentos a Reconhecer	43 877,09 €	- €
Comparticipação ISSS	43 877,09 €	- €

Diz respeito a Participação extraordinária 2023 (cláusula III da 3.ª Adenda) de 3,5 % para ERPI e **Antecipação de 4,2% da atualização de 5% estipulada para 2023.**

11.15 – Investimentos em Curso

Esta rubrica consta os investimentos que estão a decorrer na Quinta da Navarra.

Descrição	2022	2021
Investimento em curso	- €	235 058,08 €
Empreitada - Navarra		209 719,52 €
Fiscalização - Navarra		25 338,56 €
Outro Ativo Fixo em curso	- €	14 339,68 €
Total	- €	249 397,76 €

A Obra terminou em 2022, sendo que os valores globais finais (534 762,43€ referente a empreitada e 32 318,46 € referentes a fiscalização) transitaram dos Ativos fixos tangíveis em curso para a respetiva conta de Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções- Quinta da Navarra

12 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13– Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção da Mansão de São José em dia Três de Março de 2023.

Documento elaborado Por Nuno Alexandre de Jesus Farinha Inscrito na Ordem dos contabilistas Certificados (OCC), sob o nº 71941.

NUNO Alexandre FARINHA

Beja, 31 de março de 2023

Ata de Direção – Mansão São José

Aos três dias do mês de maio de 2023 pelas dezassete horas reuniu na sua sede sita na Rua de São Gregório nº 15 em Beja, a Direção do Lar Mansão de São José com a presença do seu Presidente Pe. António Novais Pereira, da Secretária Arq. Maria Madalena Revés, e do Vogal Sr. Fernando Carrondo Severino. O Tesoureiro, José Venâncio Vicente Quirino não este presente por motivos de Saúde e necessidade de exames médicos. A reunião foi convocada para a análise do seguinte ponto:

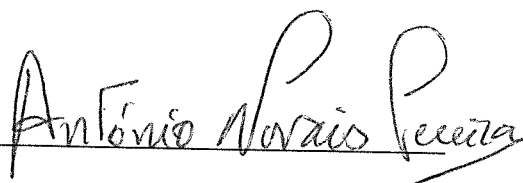
- ✓ Apreciação e aprovação do Relatório e Conta de Gerência referente ao ano de 2022 de acordo com o artigo 19º f) dos Estatutos do Lar Mansão de São José.-----

✓ -----
Após a apreciação global e atendendo à justificação constante no anexo às Demonstrações Financeiras a Direção deliberou aprovar o referido documento e remete-lo ao Conselho Fiscal. Verificou-se um resultado líquido do exercício positivo de 18559,74 € (dezoito mil quinhentos e cinquenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos). Os resultados serão transferidos para a conta resultados transitados. -----

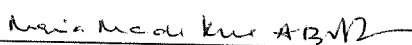
E não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da direção presentes. -----

Assinatura dos Elementos da Direção.

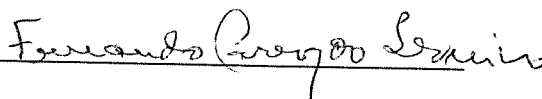
Presidente: Pe. Antonio Novais Pereira



Secretária: Maria Madalena Revez



Vogal: Fernando Carrondo Severino



LAR MANSÃO DE S. JOSÉ
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

-----Aos Três dias do mês de maio de 2023, pelas dezassete horas, reuniu o Conselho Fiscal do **Lar Mansão de S. José**, pessoa coletiva número 501261923, na sua sede social, sita na Rua de São Gregório número 15, em reunião ordinária para apresentação e prestação de contas relativas exercício findo em trinta e um de dezembro do ano de 2022.

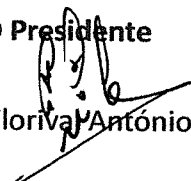
-----Depois de verificadas as contas e colocadas algumas questões, por este Conselho Fiscal, as quais foram cabalmente esclarecidas, quer pelo Presidente da Direção, quer pelo Técnico de Contas dr. Nuno Alexandre Jesus Farinha. -----

-----Tendo em consideração o atrás exposto, bem como o resultado líquido apurado (dezoito mil quinhentos e cinquenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, as contas do Lar Mansão de S. José. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e vinte minutos e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os elementos do Conselho Fiscal. -----

Beja, 03 de maio de 2023

O Presidente


Diác. Florival António Silva

O Secretário


José Manuel Barreiras

O Vogal


Martinho José dos Santos Carneira